

FIM DE TARDE EM S. BENTO

★ O último «fim de tarde em S. Bento» também foi o fim da primeira sessão anual da actual legislatura da Assembleia Nacional. Foi uma maratona de discursos — nada menos de 25, mais as intervenções (breves mas numerosas) na discussão final da proposta de lei para a protecção da Natureza e, ainda, a alocação de encerramento do presidente.

★ A Camara fechou as portas até Novembro, depois de umas quatro dezenas de reuniões em plenário, durante as quais discutiu e votou o que constitucionalmente lhe competia, mais algumas propostas de lei, dois projectos de lei e um aviso-prévio (o do prof. Miller Guerra, sobre a reforma universitária). Nos períodos antes da ordem do dia, porém, muitas dezenas de problemas (alguns dos quais verdadeiramente importantes) foram abordados.

★ O balanço dos trabalhos não foi, porém, inteiramente positivo, pelo menos do ponto de vista do presidente da Assembleia. O eng.^o Amaral Neto, com efeito, manifestou «o desgosto de não ter podido ver a Assembleia cumprir plenamente o encargo de votação urgente de diplomas que o Governo lhe cometeu, com a commoção feita no princípio desta última fase da sessão legislativa de que sentia a urgência na votação de certas das suas propostas.»

★ Também alguns deputados não tiveram tempo de ultimar certas tarefas que se propuseram. Assim, o dr. Sá Carneiro anunciou ter elaborado um projecto de lei de Imprensa, em colaboração com o deputado Pinto Balsemão. E concluiu: «Era possível efectuar aqui, hoje, a sua apresentação; atendendo no entanto ao encerramento dos trabalhos da Assembleia, decidimos ambos diferir essa apresentação para o início da próxima sessão legislativa.»

★ Outro deputado, o dr. Pinto Leite, fez uma espécie de exame de consciência e uma promessa, ao afirmar: «Não posso deixar de constatar que fazem ainda parte do nosso sistema jurídico, algumas disposições restritivas da liberdade dos indivíduos, que serão possivelmente anticonstitucionais, que ferem a minha sensibilidade moral e que tenciono apresentar na próxima sessão legislativa, caso o Governo nada tenha previsto nesse sentido, uma proposta de alteração a essas mesmas disposições. No término desta primeira sessão legislativa, consciente de que apesar da seriedade do esforço despendido, os resultados foram ainda poucos, encoro o futuro com esperança, pois que apesar dos «seculópicos trabalhos» que se continuam a alinhar à nossa frente, creio que já foram dadas provas suficientes de capacidade, e que vão estando criadas as condições para uma acelerada renovação. E porque para essa acelerada renovação precisamos de todos os portugueses, eu direi como o sr. Presidente do Conselho, que não gostaria «de os ver divididos entre si como inimigos e gostaria que se fosse generalizando um espírito de convivência em que a reciproca tolerância das ideias desfizesse ódios e malquerenças.»

★ Pelas declarações emitidas no dia anterior pelo «leader», sabe-se que o Governo vai apresentar à Assembleia Nacional, na próxima sessão legislativa, «propostas de lei de maior e mais transcendente importância, o que exigirá de todos nós redobrado esforço e atenção». E citou, como as mais importantes, as da Revisão da Constituição Política, da Liberdade Religiosa, do Regime de Imprensa, da Defesa da Concorrência e da Nova Política Industrial.

★ Teremos, assim, no próximo ano parlamentar, a discussão lado a lado de uma proposta de lei do Governo e um projecto de lei de dois deputados sobre o regime da Imprensa. E fica a saber-se que a Assembleia vai usar os seus poderes constituintes. Embora nada tenha sido anunciado quanto aos pontos da Constituição a rever, é por geral nos Passos Perdidos que um desses pontos poderá muito bem ser a forma de eleição do Presidente da República.

★ No termo da primeira sessão anual desta legislatura, poderá dizer-se que a Assembleia Nacional tem sido a «Assembleia Nova» que se esperava? Neste primeiro arranque, uma coisa é evidente: há outra descontração e outra mobilidade de espírito. A sua representatividade deve, por isso, ter aumentado. Não admira, portanto, que o mesmo tenha sucedido com a sua autoridade em relação ao Executivo.

★ O deputado por Vila Real, dr. Cunha Araujo, pede-nos para rectificar a versão aqui dada por nós do aparte ocorrido na sessão de 28 de Abril, quando falava o deputado dr. José da Silva, pois segundo aquele deputado «não foi verdade que lhe tenha sido feita qualquer pergunta. Ora nós tínhamos estrito: «E no final o deputado José da Silva pergunta ao seu contraditor: «V. Ex.^a é senhorio?»

★ Nada nos custa aclarar o que se passou. A pergunta foi feita pelo dr. José da Silva não durante o aparte, mas «no final», como escrevemos, isto é, quando acabou o discurso, já nos cumprimentos. O dr. Cunha Araujo afirma, porém, que «não foi verdade», querendo dizer que não ouviu tal pergunta. O dr. José da Silva confirmou, pelo seu lado, o que foi ouvido por nós na tribuna da Imprensa. Esclareceu que fizera tal pergunta em tom gracioso e, provavelmente, para outro deputado.

Lamentamos, por fim, que este caso, bem simples, tanto tenha preocupado o ilustre deputado de Mesão Frio.